

# O papel das línguas africanas na formação do português brasileiro: (mais) pistas para uma nova agenda de pesquisa

Charlotte Galves

Recebido 10 mar. 2008 / Aprovado 27 abr. 2008

## Resumo

*Este artigo levanta a questão do papel das línguas africanas na formação do português brasileiro. Mostra como trabalhos recentes sobre o português falado, na África, como segunda língua, e a comparação de várias das suas características morfossintáticas, com a sintaxe das línguas bantu, sustentam empiricamente a tese da influência destas sobre o desenvolvimento do português do Brasil, uma vez que ele apresenta estas mesmas características. Argumenta que estas análises fornecem pistas para estudar o desenvolvimento histórico do português na África e no Brasil, usando textos escritos nessa língua por africanos. Enfim, traz alguns argumentos contra a hipótese da deriva.*

**Palavras-chave:** Formação do português brasileiro. Português africano. Contato lingüístico. Deriva lingüística. Línguas crioulas

Este artigo não pretende trazer uma contribuição original à questão do papel das línguas africanas na formação do português brasileiro. O que pretende fazer é sugerir pistas para uma nova agenda de pesquisa, a partir de trabalhos recentes e da releitura de textos mais antigos sobre o assunto, trazendo ainda a notícia de novos *corpora*.

A proposta central deste trabalho é, seguindo um caminho já apontado por Petter (no prelo), dar à descrição e análise da constituição do português africano, em Moçambique e Angola, um papel central na discussão. Com efeito, dada a semelhança entre si por um lado, e com o português brasileiro por outro lado, as variedades angolanas e moçambicanas podem nos ensinar muito sobre como e porquê as línguas africanas interferiram na evolução do português no Brasil.

A Seção I, intitulada “O ponto de partida”, propõe elementos de releitura do debate de mais de um século sobre a questão. Na Seção II, “Novos caminhos e novas buscas”, a discussão dos efeitos do contato entre as línguas africanas e o português se organiza em torno das sub-seções II.1 “O português na África”, II.2 “A fala dos africanos na história do Brasil” e II.3 “Uma escrita em português na história da África”. A seção II.4 argumenta contra a hipótese da deriva. Uma sessão final sintetiza as conclusões do trabalho.

## I. O ponto de partida

Desde o séc. 19, a reflexão sobre o papel das línguas africanas na formação do português brasileiro vem girando em torno de dois pólos de atração que, conforme os autores, são considerados como mutuamente exclusivos ou não. Um desses pólos é a noção de criouliização, que atribui um papel determinante ao contato com as línguas com as quais o português esteve em contato no Brasil, predominantemente as africanas. O outro é a noção de deriva lingüística, que minimiza o efeito do contato, e insiste sobre tendências evolutivas já presentes na língua. Em última instância, o debate gira em torno da dicotomia ruptura/continuação em relação ao estágio anterior da língua.

Adolpho Coelho pode ser considerado como o marco inicial dessa reflexão (cf. BAXTER; LUCCHESI, 1997). O nome dele é freqüentemente associado à aproximação do português brasileiro (doravante PB) às línguas crioulas, porque o inclui no estudo de crioulos do português e de outras línguas românicas. Como enfatizado por Tarallo (1993) isso não redundava, no seu raciocínio, numa chave única de explicação para a evolução do português no Brasil. Vejamos.

A partir da distinção entre evolução de base fisiológica, e evolução de base psicológica, Adolpho Coelho nega a existência de uma influência direta da língua anteriormente falada sobre a língua adquirida:

A transformação da linguagem em virtude da alteração fonética é um fenômeno de base fisiológica, a formação dos dialectos crioulos é no que tem de essencial um fenômeno psicológico. Formam-se eles rapidamente, para acudir à necessidade das relações [...]. (COELHO, 1967, p. 104)

Também afirma que: “os dialetos românicos e crioulos, indo-português e todas as formações semelhantes representam o primeiro ou primeiros estádios na aquisição de uma língua estrangeira por um povo que fala ou falou outra” (COELHO, 1967, p. 102). E continua:

Os factos acumulados por nós mostram à evidência que os caracteres essenciais desses dialectos são por toda a parte os mesmos, apesar das diferenças de raça, de clima, das distâncias geográficas e ainda dos tempos. É em vão que se buscará, por exemplo, no indo-português uma influência qualquer do tamul ou do cingalês. (COELHO, 1967, p. 105-106)

Isso vai levá-lo à idéia de que os crioulos seguem leis gerais no seu desenvolvimento, explicando assim que os fenômenos observados nessas línguas não são isolados, mas se encontram também em dados de aquisição e em desenvolvimentos dialetais na própria Europa - “A preferência dada nesses dialetos aos pronomes regimes, que vêm ocupar o lugar dos pronomes sujeitos, encontra-se entre nós no falar das crianças e tem grande extensão nas frases populares das nossas línguas européias” (COELHO, 1967, p. 107).

Coelho tem também um olhar aberto sobre a situação do português no Brasil, que não privilegia interpretações sobre outras, mas abarca a complexidade das situações e das histórias que produzem uma variação, diga-se de passagem, possivelmente mais fortemente perceptível no final do séc. 19 do que no início do 21.

A linguagem brasileira, pelas condições de sua existência e desenvolvimento, apresenta naturalmente uma tão grande série de gradações desde a boca do culto até a do último matuto, que qualquer afirmação com respeito às interrogações que faço acima corre o risco de ser pelo menos em grande parte falsa. (COELHO, 1967, p. 162)

Achamos, nos excertos acima, uma concepção que prefigura vários aspectos do pensamento moderno sobre o assunto, a saber:

- A idéia de que o que caracteriza as línguas crioulas é “a ação de leis psicológicas gerais” anuncia a teoria desenvolvida por Bickerton,<sup>1</sup> que vê nos crioulos o efeito da gramática universal.

- Já que essas leis ‘psicológicas’ são gerais, elas transparecem em outras línguas e dialetos também. Desse ponto de vista, a diferença fundamental está no processo, não no produto. Essa concepção permite articular, na reflexão, dois tipos de afirmações

<sup>1</sup> Cf. por exemplo Bickerton (1981)

que têm sido consideradas como antagônicas por outros autores: há, sim, ‘tendências crioulistas’ no português do Brasil, mas o que elas produzem pode-se encontrar também em dialetos que não passaram pelo mesmo processo.

- A particularidade dos crioulos é que eles cristalizam o estágio inicial da aprendizagem da língua de um povo por outro povo. O motor essencial na formação dos crioulos é a transmissão imperfeita. Essa afirmação traz em germe uma das idéias essenciais das recentes teorias sobre a crioulistização: resultado de uma aquisição imperfeita, ela não representa uma diferença de natureza, mas de grau, com outras situações de mudança, menos ‘catastróficas’, provocadas pelo contato lingüístico.

Como sói acontecer com os precursores, haverá uma longa demora para que esses aspectos mais complexos e sutis do pensamento de Coelho encontrem eco nos seus seguidores. De fato, o que chama a atenção, nas gerações seguintes de pensadores, é um engessamento das posições. O que será retomado do pensamento de Coelho, de maneira dicotômica, e muito permeada de ideologia, será a questão da influência direta das línguas africanas ou ameríndias (mas não tocaremos neste assunto aqui) na constituição do português brasileiro.

Assim, é com bastante veemência que Silva Neto (1950) se insurge contra os estudos que afirmam, sem base advinda “da cultura lingüística e românica”, a influência das línguas africanas sobre o português do Brasil. E conclui:

No português não há, positivamente, influência de línguas africanas ou ameríndias. O que há é cicatrizes da toska aprendizagem que da língua portuguesa, por causa de sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios. (SILVA NETO, 1950, p. 97)

Nas últimas décadas, os quadros teóricos evoluíram e se tornaram mais explícitos, mas o debate continua polarizado. Alguns pesquisadores argumentam que há, na formação do português popular brasileiro, um processo de crioulistização, ou de crioulistização leve ou de semi-crioulistização (cf. BAXTER; LUCCHESI, 1997, e as referências aí citadas). Todos esses termos fazem referência a um efeito, senão das línguas africanas, ao menos do contato lingüístico, sobre a estrutura da língua.

Opõem-se a essa corrente os trabalhos de Anthony Naro e Marta Scherre, recentemente reunidos em Naro & Scherre (2007). Para eles o motor da mudança não é o contato, mas a própria deriva da língua. A introdução do livro de 2007 apresenta assim a sua hipótese central:

O conteúdo deste livro tem uma linha mestra clara: apresentar evidências de que características morfossintáticas e fonológicas do português brasileiro, atualmente envoltas em estigma e preconceito social, são heranças românicas e portuguesas arcaicas e clássicas, e não modificações mais recentes advin-

das das línguas africanas, que vieram para o Brasil com seus povos escravizados e subjugados, ou das línguas dos povos ameríndios, que aqui já se encontravam quando vieram os colonizadores europeus. Tampouco são o resultado de processos de simplificação ou outras modificações espontâneas causadas pelo contato, durante o processo de transmissão não tradicional da língua. (NARO; SCHERRE, 2007, p. 17)

Em vários outros trechos do livro, encontramos fortemente reiterada a rejeição das teses crioulistas e a afirmação da herança lusitana:

O uso do termo 'crioulização' no Brasil é um equívoco, uma vez que não é possível haver associação do processo com qualquer grupo de substrato particular que pudesse ter influenciado de forma consistente a língua que estava em processo de evolução... Ainda não conseguimos identificar nenhuma característica do português do Brasil que não tenha um ancestral claro em Portugal. (NARO; SCHERRE, 2007, p. 67-68)

Discutiremos mais em detalhe a proposta de Naro e Scherre na Seção II.4. Note-se desde já que, contrariamente à de Coelho, a análise que eles apresentam é baseada no pressuposto de incompatibilidade definitiva entre a existência de efeitos lingüísticos do contato e a presença de traços atribuíveis à deriva própria à língua. Como ressaltamos acima, a reconciliação entre esses dois efeitos só é possível num quadro que integra de alguma maneira a ação de processos universais de linguagem, seja qual for sua formulação exata. Esse ponto será crucial no desenvolvimento de novas propostas, como veremos agora.

## **II. Novos caminhos e novas buscas**

Na literatura das últimas décadas, as abordagens polarizadas das análises apresentadas acima vêm deixando lugar a teorias que procuram integrar as diversas forças envolvidas no processo de mudança devido ao contato, e reconhece um continuum entre os efeitos mais catastróficos – os pidgins e crioulos – e as conseqüências menos gritantes – a constituição de vertentes diferenciadas das línguas. Nas palavras de Inverno,

The broadening of pidgin and creole linguistics to contact linguistics results from the general agreement today that the origin and synchronic structure of pidgins and creoles can only be fully understood from the perspective of a wider theory of language contact. (2005, p. 51)

No Brasil encontramos a mesma tendência em considerar que o fenômeno crucial é a transmissão lingüística irregular (cf. LUCCHESI, 1999, 2003), que produz diferenças de grau mais do que natureza em função dos contextos sócio-culturais em que a aquisição se dá. Pagotto, retomando Tarallo, resume assim o ponto em que nós estamos:

No quadro atual dos estudos sobre a história do português do Brasil, em que a história social tem sido recolocada como uma preocupação central [...] o papel do contato interlinguístico é de fundamental importância, ainda que sobre ele só conheçamos evidências indiretas. (2007, p. 468)

Dentro desse quadro conceitual mais amplo, convém agora reunir fatos, que permitam elaborar uma teoria empiricamente fundada da constituição do português brasileiro. Seguindo trilhas evocadas – com um certo mau humor – por Silva Neto (1950), e baseando-me em alguns trabalhos recentes que julgo terem grande potencial explicativo, sugerirei agora algumas pistas de pesquisa que acredito capazes de produzir uma sustentação para uma teoria dessas.

## 1. O português na África

As descrições do português falado em Angola e Moçambique (cf. CHAVAGNE 2005; INVERNO, 2005; GONÇALVES, 2004; LABAN, 1999) apontam todas para uma grande semelhança nas particularidades morfosintáticas do português africano (doravante PA) e do PB. Isso inclui as propriedades listadas abaixo, todas presentes nos diversos dialetos do português brasileiro, embora com frequências distintas para algumas delas:<sup>2</sup>

- concordância nominal e verbal em número variável;
- confusão nas formas de 2ª e 3ª pessoa (seu/teu, te/você);
- uso do pronome tônico em posição objeto;
- colocação pré-verbal dos pronomes clíticos, inclusive em primeira posição absoluta;
- uso do pronome dativo 'lhe' em lugar do pronome acusativo 'o';
- uso da preposição 'em' em lugar de 'a' para o lugar para onde se vai;
- mudança de regência de certos verbos (em particular perda das preposições);
- uso de 'dele' em lugar de 'seu'
- posição pós-nominal do possessivo (sem efeito de focalização)

Algumas outras características do PA foram documentadas no PB, mas aparecem muito mais restritas a certas regiões, e em certos casos a comunidades isoladas de origem africana.<sup>3</sup> Nessa categoria, encontramos por exemplo:

<sup>2</sup>Seria muito longo mencionar todas as referências dos trabalhos correspondentes sobre o PB, e injusto citar só alguns. Só me referirei aos trabalhos relativos aos fenômenos mais especificamente discutidos.

<sup>3</sup>Esses fenômenos se encontram todos em Helvécia (cf. BAXTER; LUCCHESI, 1997, p. 78). Segundo os autores, trata-se de uma comunidade descendente de iorubás e gezes, portanto não bantus. Do ponto de vista da hipótese da interferência da língua materna sobre a língua 2, a semelhança com a fala dos locutores moçambicanos tem várias explicações possíveis: existência de "falares afro-brasileiros de base bantu" (cf. PESSOA DE CASTRO, 2008), ou influência de processos similares em outros ramos da macro-família niger-congo. Neste caso de novo, se torna imperativo um estudo comparativo das línguas envolvidas.

- ausência de concordância de gênero
- forma invariável do verbo, inclusive na primeira pessoa
- ausência de artigo definido
- construções de duplo objeto<sup>4</sup> (como em “ela deu o irmão o retrato” em lugar de “ela deu o retrato ao irmão”; “perguntei o Pedro”, em lugar de “perguntei ao Pedro”)
- ausência da conjunção ‘que’ nas orações subordinadas.

A presença das línguas africanas em Angola e Moçambique, predominantemente da família bantu, é uma obviedade. Em Moçambique, segundo Gonçalves (2004, p. 230), somente 3% da população fala português como língua materna, e 40% como segunda língua. Em Angola, Inverno (2005, p. 1) afirma que o português é falado como língua materna por menos de 20 % da população. Configura-se, portanto, nesses dois países uma situação de bilingüismo em que o português é língua segunda para a maioria dos falantes. A questão que se coloca é se os fenômenos do PA e do PB listados acima são resultados da interferência das línguas africanas maternas dos falantes no processo de aquisição. Se a resposta for positiva para os falantes moçambicanos e angolanos, teremos razões fortes para propor que o seja também para os falantes brasileiros.

Trabalhando no quadro do modelo de Princípios e Parâmetros da Teoria da Gramática Gerativa,<sup>5</sup> Gonçalves (2004) e Gonçalves e Chimbutane (2004) propõem uma análise precisa de como se dá tal interferência. Uma noção essencial que esses dois trabalhos desenvolvem é a de ambigüidade dos dados da língua segunda em função da língua materna:

certas estruturas geradas pela gramática de uma dada língua podem ser ambíguas apenas para os aprendentes dessa língua como L2, devido à influência do conhecimento que já têm da gramática da sua L1, i.e, a ambigüidade da L2 resulta da possibilidade de as evidências geradas pela sua gramática poderem ser analisadas na base de propriedades gramaticais das L1s dos aprendentes. (GONÇALVES; CHIMBUTANE, 2004, p. 23)

É o que acontece, segundo os autores, na aprendizagem da expressão do locativo em português. As línguas bantu diferem deste em dois aspectos: primeiro, elas têm um sufixo locativo, que apesar de poder ser traduzido pela preposição ‘em’, não é uma preposição, o que faz com que a presença dessa partícula não impeça que o nome a que está afixado continue desempenhando funções típicas de sintagmas nominais, como sujeito. A segunda diferença é que as línguas bantu são distintas do português “no que se refere à codificação de percurso-direção: nas LBs os verbos incorporam este elemento semântico, ao contrário do que acontece no PE, onde este é expresso através de preposi-

<sup>4</sup> Exemplos retirados respectivamente de Scher (1996) e Baxter; Lucchesi (1997).

<sup>5</sup> A teoria de Princípios e Parâmetros da Gramática Gerativa vê a aquisição da língua materna como um processo de fixação de parâmetros binários. Desse ponto de vista, a gramática de uma língua dada corresponde a um conjunto de valores paramétricos. Gonçalves (2004) e Gonçalves & Chimbutane (2004) defendem uma teoria da aquisição de segunda língua que consiste também na fixação de valores paramétricos.

ções direcionais” (GONÇALVES; CHIMBUTANE, 2004, p. 23). Ao aprender o português, a preposição ‘em’ é reanalisada pelos falantes de línguas bantu como marca de locativo, e os verbos são interpretados como tendo direcionalidade inerente. Segundo os autores, isso explica enunciados como os seguintes, encontrados em textos de jovens moçambicanos falantes de português como língua segunda (op. cit. p.9):<sup>6</sup>

1. em casa dele é aqui em frente (= a casa dele é ..)
2. conheci em casa dele (= ... a casa dele)
3. voltou em casa (= para a casa)
4. vinham carros lá na escola (= lá à escola)
5. está a sair no estúdio (= ... do estúdio)
6. eu saíu lá no Xiquelene (= ...(de) lá do Xiquelene)

Essa análise recoloca numa luz totalmente nova os desvios à norma ilustrados pelos dados acima. Em lugar de ver neles uma aprendizagem errática das preposições que se traduz essencialmente pela substituição de ‘de’, ‘a’ e ‘para’ por ‘em’, ou seja, um processo de redução e simplificação, e não explica fenômenos como ilustrados em 1. e 2., ela aponta para uma interferência da língua materna no processo de aprendizagem, que deriva um conjunto de fenômenos aparentemente desconectados da mesma causa, sem apelar para a desconstrução pura e simples da gramática.

O estudo de Gonçalves (2004) explica outros desvios do PA pela interferência da gramática das línguas bantu. Vejam-se os seguintes enunciados:

7. Uma criança deu o indivíduo as chaves (ex 1<sup>a</sup>, p. 239)  
PE: Uma criança deu as chaves ao indivíduo
8. A natureza não pode dominar ao homem (ex. 2<sup>a</sup>, p. 239)  
PE: A natureza não pode dominar o homem

Esse conjunto de dados poderia ser de novo tomado como reflexo da aquisição errática do uso das preposições no português. Os enunciados 7 e 8 parecem ilustrar duas tendências contraditórias. Na primeira, a preposição ‘a’ deixa de marcar o objeto indireto, na segunda ela marca o objeto direto. Gonçalves argumenta que isso é resultado da interferência da gramática materna dos locutores de línguas bantu, onde, contrariamente

<sup>6</sup> As glosas são dos autores. Não coloquei todos os exemplos.

ao português, o verbo pode atribuir caso a dois sintagmas nominais. Porquê e como essa propriedade da língua materna é retida na aquisição da língua segunda, em contradição com os enunciados que esta produz? A resposta de Gonçalves é que os dados do português são ambíguos para um falante de língua bantu, uma vez que a preposição 'a' ora parece desempenhar um papel puramente sintático – de atribuidor de caso quando o verbo tem dois argumentos (como 'dar') –, ora se comporta como uma preposição que seleciona semanticamente seu complemento, em articulação com verbos de um argumento só (como 'telefonar'). Frente a essa ambigüidade, os dados do português são analisados com base na gramática das línguas bantu: o verbo atribui dois casos, prescindindo da preposição em frases como a 7, e a preposição 'a' se comporta como um item lexical pleno que seleciona semanticamente um objeto humano como alvo ou beneficiário, independentemente do verbo ser transitivo ou intransitivo.

Vários ensinamentos podem ser retirados dessa abordagem, tanto no que diz respeito aos mecanismos de aquisição de segunda língua envolvidos na mudança devida ao contato, quanto à questão central deste artigo, a saber, o papel das línguas africanas na constituição do PB.<sup>7</sup>

Primeiro, a análise proposta por Gonçalves permite reconciliar duas idéias que podem parecer à primeira vista contraditórias: a de que a transmissão imperfeita põe em jogo um processo de simplificação, e a de que existe interferência da primeira língua. Segundo ela, é quando a primeira língua fixa o valor não marcado de um parâmetro, e a segunda língua fixa o valor marcado, que a insuficiência de dados de 'input' leva o aprendiz a fixar o valor (não marcado) da sua própria língua em lugar do valor marcado da língua 2, levando ao que pode aparecer como uma simplificação.

Segundo, verifica-se a importância crucial da comparação do português europeu com as línguas africanas para a sustentação empírica da afirmação ou recusa da influência das segundas sobre a aquisição do primeiro.

Enfim, e voltando ao português brasileiro, é importante ressaltar novamente que ele apresenta boa parte dos fenômenos presentes no português africano. Ora, se é possível mostrar que estes são devidos à interferência das línguas africanas na aprendizagem do português como língua segunda lá, temos agora fortes índices que teria sido o caso também de cá. Porém, como já mencionado, alguns dos fenômenos ou não foram documentados no PB, ou se encontram de maneira muito marginal. É o caso das frases de tipo 7, encontradas na Zona da Mata em Minas Gerais (SCHER, 2000), e no dialeto de Helvécia (BAXTER; LUCCHESI, 1997), bem como da variação de concordância em gênero, encontrada nas comunidades afro-descendentes isoladas,

7 Negrão e Viotti (2008) estudam fenômenos ligados à projeção dos argumentos dos verbos inacusativos em PB e argumentam também, com base numa análise comparativa, que esses fenômenos são devidos à influência das línguas bantu.

por exemplo no dialeto de Helvécia (cf. BAXTER; LUCCHESI 1997, LUCCHESI, 1999). Em outros casos, quando comparados o PA e o PB, observa-se que só parte de um grupo de fenômenos correlacionados aparece no segundo. É o caso, por exemplo, do conjunto de enunciados em 1-6, das quais somente 3 e 4 são instanciados. Esse fato não invalida a hipótese de uma derivação dessas frases de maneira análoga ao português africano, mas aponta para subseqüentes evoluções, que, no uso brasileiro, fizeram desaparecer, ou limitar drasticamente certas formas. Pode ser o efeito do que Holm (2004 apud INVERNO 2005, p. 57), chama de ‘nivelamento secundário’, ou seja, aproximação da língua-alvo, devido a uma maior proximidade com esta. Depois do fim do tráfico e da chegada de escravos africanos ao Brasil, as línguas africanas vão desaparecendo paulatinamente do cenário lingüístico brasileiro, até seu desaparecimento completo no séc. 20.<sup>8</sup> Não há dúvida de que, nessas condições, a língua portuguesa pesa cada vez mais na balança, em todo o território brasileiro, menos em comunidades isoladas.<sup>9</sup>

Com base nas análises do PA apresentadas acima, podemos levantar a hipótese de que se perderam, ou estão marginalmente representados no português brasileiro em comunidades isoladas, além da concordância de gênero, vários fenômenos, como aqueles ligados à expressão do locativo ou do duplo objeto.

O mesmo raciocínio nos leva a prever que esses fenômenos, hoje em via de extinção, deviam ser muito freqüentes em épocas passadas no Brasil. Aí a dificuldade é que a escrita estava normalmente na mão de quem usava o português mais próximo do português padrão, ou seja, europeu. Porém, trabalhos recentes têm procurado achar documentos escritos por semiletrados, inclusive africanos.

Note-se que já nos interessa menos o fato de a “tosca aprendizagem” do português, para retomar a expressão de Serafim da Silva Neto, ser caracterizado como um crioulo ou não. O que é relevante é se podemos encontrar em documentação escrita vestígios da língua falada pelos africanos e seus descendentes escravos ou forros. Será o assunto da próxima sessão.

## 2. A fala dos africanos na história do Brasil

Os trabalhos sobre o português na África hoje podem, além de fornecer evidências da interferência das línguas africanas – em particular bantu – no processo de constituição do português no Brasil, ajudar a esclarecer a natureza da situação lingüística no Brasil colonial. É interessante citar de novo Gonçalves a esse respeito:

[...] Thus, nowadays, MAP [Português Africano de Moçambique, CG] presents a set of different subvarieties which can be displayed along a dialectal continuum, ranging from the

8 Isso, obviamente, deve ter variado de região para região. Sabemos, pelo estudo de Nina Rodrigues, que ainda se falavam línguas africanas na Bahia no início do séc. 20.

9 A respeito da diferença entre o PA e o PB com respeito a esses fenômenos, Petter (no prelo) fala em ‘Continuum afro-brasileiro’, em que “o português brasileiro já apresentaria maior estabilidade, fruto de um período de variação mais antigo, que se teria resolvido em mudança, pela adoção de uma das variantes, no caso específico, a do gênero do português europeu”.

standard spoken by relatively uneducated people to the urban standard of the upper class. (GONÇALVES, 2004, p. 236)

Se traduzirmos “*dialectal continuum*” por “tão grande série de gradações”, “*relatively uneducated people*” por “último matuto” e “*urban standard*” por “boca do culto”, reconhecemos nas palavras de Gonçalves a respeito de Moçambique de hoje, a situação do Brasil à qual se referia Coelho no final do séc. 19. A comparação entre essas duas realidades semelhantes separadas por mais de um século pode trazer muita luz sobre a história do português no Brasil. Convém, portanto, estudar simultaneamente, ao longo dos séculos, a fala dos ‘cultos’ e a fala dos ‘matutos’, com especial atenção voltada para a fala dos negros, brasileiros e africanos.

Não é fácil, pelas razões mencionadas acima, encontrar em documentos escritos testemunhos das diversas variedades de português faladas no Brasil no período colonial. Mas essa é uma linha de pesquisa que está ganhando fôlego. No que diz respeito mais especificamente à fala dos negros, encontramos duas vertentes, uma indireta e uma direta.

A vertente indireta tem sido trabalhada por Alkmim (2001, 2002) à procura de testemunhos da fala dos negros em textos de diversos gêneros. No texto de 2002, Alkmim estuda charges satirizando negros e escravos em jornais do séc. 19.<sup>10</sup> E compara os traços lingüísticos usados para caracterizá-los com os encontrados em textos de outra natureza. No que diz respeito aos aspectos sintáticos, encontra-se um sub-conjunto das propriedades do português africano listadas na seção anterior (cf. ALKMIM, 2002, p. 390, com a numeração original):

- 2.1 concordância de gêneros incorreta
- 2.2 flexão verbal de número e pessoa incorreta
- 2.3 ausência de artigo
- 2.4 quantificador ‘tudo’ em lugar de ‘todo’ e ‘todas’
- 2.5 ausência da marca redundante de número
- 2.6 ausência de concordância sujeito-verbo
- 2.7 forma do pronome após preposição
- 2.8 presente do indicativo em lugar do presente do subjuntivo

A coincidência desta lista com a de ‘desvios’ encontrados na fala de africanos falando português hoje como segunda língua chama a atenção. Encontramos nela fenômenos que se mantiveram no PB coloquial (2.8, um sub-conjunto de 2.6, um sub-conjunto de 2.3), outras características de uma fala mais popular (2.4, 2.5, 2.6, 2.7), e ainda aqueles que, como já comentamos, só se encontram em comunidades isoladas (2.1, 2.2). Esses dados são muito importantes porque, em se tratando de charge, eles

<sup>10</sup> Os jornais são de 1831, 1864, 1868, 1870 e 1876.

têm o papel de caracterizar linguisticamente os personagens representados.

Ao comparar esses dados com a representação da fala de negros na literatura, Alkmim (2002, p. 396) encontra uma grande semelhança, e ressalta que as marcas de concordância de gênero incorreta e de flexão verbal número-pessoa incorreta aparecem “estritamente relacionadas a personagens africanas”. Isso talvez signifique que esses traços não eram normalmente transmitidos às gerações seguintes já nascidas no Brasil. O fato da sua permanência em comunidades isoladas se explicaria por um menor contato com o português.

Foram descobertos e editados recentemente documentos do maior interesse para o estudo da fala dos africanos e seus descendentes no Brasil oitocentista (cf. OLIVEIRA, 2003; LOBO; OLIVEIRA, 2007).<sup>11</sup> Trata-se das Atas da Sociedade dos Desvalidos de Salvador, fundada em 1832. Dessas atas, algumas foram escritas por africanos, e outras, mais numerosas, por brasileiros. O grau de análise desses documentos ainda não permite fazer uma comparação sistemática com outros materiais, ou confrontá-los com os dados de aquisição de português segunda língua na África. Além disso, é preciso ressaltar que a natureza textual das Atas, de caráter altamente formulaico, não espontâneo, oculta em certos casos os efeitos da língua do escrevente, que se limita a copiar frases já feitas. Mas nem por isso as Atas deixam de registrar as marcas da competência lingüística dos seus autores. Desde a grafia insegura aos desvios de concordância verbal e nominal,<sup>12</sup> encontramos vestígios claros de uma competência imperfeita na escrita e na fala em português. No que diz respeito à sintaxe dos clíticos nas Atas escritas por africanos, estudada por Galves & Lobo (2006), não se encontra nenhum desvio em relação às regras de colocação vigente na época. Isso contrasta fortemente com a sintaxe de concordância nominal e verbal, permeada de desvios em relação à norma. Uma explicação para esse contraste se acha no fato de que as frases, nas quais a grande maioria das ocorrências de clíticos se encontram, são fórmulas, sem dúvida copiadas de modelos anteriores. Contudo a escrita deixa entrever uma dificuldade dos escreventes africanos em distinguir os clíticos das vogais iniciais dos verbos:

9. epor estar Comforme mandou o Pro- / vedor que este fizessé etodos as Signassé Erá Supra / eeu Secretario atual oá Signei (JFO, 12, 02.10.1842)

10. Aos dezacete dia do mes de Abril demil eoitto Cen / tostrinta e Ceis estando o Provedor emais Me- / zarios a recebemos os Mencais eficou adiado para / a1a. Reuniaõ o Secretario apresentar hum / Termo, Sobré os Irmãos que não tem pago os / Seus Mencais epor estar Com forme a Si- / gnamos. etc.

11 Está em preparação um volume de descrição e análises lingüísticas dessas atas, organizado por Tânia Lobo e Klebson Oliveira.

12 Cf. Oliveira; Soledade; Gonçalves (2006)

Como Secretario que este o fes / ea Signei – Jozé Fernandes do Ó (JFO, 03, 17.04.1836)

Nos dois exemplos acima, vê-se que a vogal inicial do verbo ‘assinar’ é sistematicamente segmentada independentemente do verbo, e algumas vezes colada a um monossílabo precedente, clítico ou conjunção. Também aparece um ‘a’ protético para o verbo ‘receber’, mas separado deste como se fosse um pronome clítico. Veja-se enfim que aparece uma vogal ‘o’ antes do verbo ‘fes’ na última linha de 14, cuja interpretação é duvidosa. Nesse caso não pode tratar-se do início do verbo, e só poderia ser um pronome clítico, porém de maneira altamente redundante com o objeto direto ‘este’ que ele segue imediatamente. Esses dados gráficos vêm contradizer a aparente conformidade à norma na colocação de clíticos e apontam para dificuldades por parte dos falantes de línguas africanas em segmentar adequadamente a cadeia sonora, e em última instância, em discriminar a natureza lexical ou funcional das vogais iniciais de palavras fonológicas. Essa dificuldade de interpretação é típica de situações de aprendizagem de segunda língua, e certamente reforçada pelo funcionamento morfossintático diferente do português e as línguas africanas dos aprendizes. Esses documentos, em suma, integrados numa análise comparativa de muitos outros, orais e escritos, de origem brasileira e africana, trarão certamente valiosas informações sobre o papel do contato do português com as línguas africanas na constituição do PB.

### **3. Uma escrita em português na história da África**

Não é só no Brasil que os africanos escrevem em português. Num contexto bastante diferente, ao longo dos séculos 17, 18 e 19, a língua portuguesa passa a ser usada em Angola por chefes africanos, para redigirem sua correspondência oficial, com os representantes do poder colonial ou com outros chefes africanos. Um conjunto desses documentos, o arquivo Caculo Cahenda, do nome de uma das mais importantes linhagens de chefes, foi editado em 2002 por Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos. São textos de imenso valor histórico e lingüístico. Vêm trazer ao edifício comparativo planeado aqui mais que tijolos, um pedaço inteiro de muro. Com efeito, estes textos foram escritos por escrivães formados para esse fim, e, portanto, dotados de uma competência indiscutível em português. Porém, não escapam às interferências das suas línguas maternas bantu – kimbundo e kikongo.<sup>13</sup> Uma primeira observação dos textos mostra que muitos dos fenômenos presentes na fala do português africano de hoje e dos diversos dialetos do português brasileiro – falta de concordância sujeito-verbo (15), falta de concordância nominal em gênero (16), dativo sem preposição (17), complemento de objeto direto expresso pelo clítico dativo

<sup>13</sup> Cf. Tavares; Madeira Santos (2002), Introdução.

(18) –, estão presentes nos textos escritos do Arquivo Caculo Cacahenda, como testemunham as seguintes frases, retiradas de um documento de 1840:

11. vindo robar os diários que hia para o Prezidio de Encogi (p.128)

12. naquela tempo (p.128); diabolica pessamento (p.127)

13. e perguntando o mesmo chefe o Autor se tinha mais qui dizer (p.130)

14. que diga qual seja o macota que lhe foi buscar no dito Congo (p.130)

Concluindo esta breve apresentação, chama à atenção a convergência dos fenômenos encontrados nesse conjunto de textos com os que caracterizam o PA moderno, com as mesmas semelhanças e diferenças do PB moderno. Reforça a hipótese de que essas são devidas a uma transmissão irregular em contextos de aquisição de segunda língua, bem distinta de um processo de criouliização, uma vez que, no caso dos textos do Arquivo, estamos lidando com um uso da língua já bastante sofisticado, fruto de uma formação específica,<sup>14</sup> cuja representação gráfica aponta para uma habilidade muito superior à dos escreventes das Atas da Sociedade dos Desvalidos de Salvador.

#### 4. E a deriva?

Como vimos, uma linha de pensamento se opõe à afirmação de que houve interferência das línguas africanas na constituição do PB, aquela que privilegia a noção de deriva lingüística. A idéia é que as inovações já são contidas na língua anteriormente, sendo que o afastamento da língua mãe, inclusive o contato com outras línguas e culturas, propiciam um quadro favorável ao desenvolvimento de certas tendências imanentes à língua, que, no berço da mesma, permanecem refreadas.

Antes de discutir mais em detalhe a proposta de Naro & Scherre (2007), já citada acima, me debruçarei sobre um outro texto recente, que coloca a questão 'deriva vs. criouliização' a respeito da realização do sujeito, e da sua relação com as modificações da morfologia verbal. Quint (2008), a partir da comparação da evolução do paradigma verbal no PB e no crioulo cabo-verdiano, conclui que

a tendência atestada em PB ao preenchimento sistemático da posição de sujeito por meio de uma forma pronominal insere-se plenamente nas tendências evolutivas das variedades lingüísticas periféricas oriundas do galego-português, em particular, e das línguas românicas em geral. (2008, p. 81)

<sup>14</sup> Cf. Tavares; Madeira Santos (2002, Introdução).

Segundo o autor, a evolução do PB seria assim mais próxima da do francês do que a do caboverdiano. Sem pretender ignorar as diferenças da morfologia verbal do PB e do caboverdiano, claramente estabelecidas por Quint,<sup>15</sup> queria apontar para fortes diferenças entre o francês e o PB. No primeiro, a redução do paradigma verbal é incontestavelmente devida à erosão fonética das desinências, ou seja àquilo que Coelho denomina, no trecho citado atrás, de “fenômeno fisiológico”. No PB, além de uma possível erosão desse tipo, se verifica um fenômeno que vai bem além, e provoca uma reestruturação do paradigma: a perda da distinção entre a segunda e a terceira pessoa. Tal perda não se verifica só na perda da desinência /s/ da segunda pessoa do singular, mas também no uso dos pronomes de 2ª pessoa ‘te’ e ‘ti’ e ‘teu’ em alternância com os pronomes de 3ª pessoa ‘você’, e ‘seu’. Não se tem notícia, até onde eu saiba, de fenômeno idêntico em nenhuma outra língua românica, a não ser, justamente, no português africano, como mostra a seguinte frase de um escritor moçambicano citada por Laban (1999, p. 145):

15. **Você** tem a cara de uma maneira que eu não consigo olhar bem nos **teus** olhos.

Se a noção de deriva se aplica a esse tipo de fato, parece-me que ela fica tão abrangente, que acaba perdendo qualquer valor explicativo. Note-se que o conceito em si mereceria uma discussão que os limites deste artigo não me permitem empreender. Mas uma grande questão fica: quais são os limites da detecção da deriva? O fato de os mesmos fenômenos existirem isoladamente em dois estágios de uma ‘mesma língua’ caracteriza por si só um processo de deriva de uma para outra? É o que Naro & Scherre (2007) afirmam. Para eles, a ocorrência de fenômenos de não concordância no português europeu comprova que a sua existência no português brasileiro não é uma inovação devida ao contato, mas somente um desenvolvimento, na ocasião de circunstâncias favoráveis. O grande problema dessa abordagem, a meu ver, é que fenômenos superficialmente idênticos podem ter causas diferentes. Ou seja, seria preciso comprovar que além de existirem fenômenos idênticos, eles são produzidos pela mesma gramática, ou – em outros termos – tem a mesma estrutura subjacente. Naro & Scherre não apresentam nenhuma análise para os enunciados que retiram isoladamente de estudos descritivos. Mas, por exemplo, no caso da questão da concordância sujeito-verbo, há o implícito que em todos os dados apresentados, o sintagma nominal é o sujeito do verbo. Ora, em muitos casos, uma outra interpretação é possível: o sintagma nominal é tópico, e existe um pronome expletivo nulo com o qual concorda o sujeito, como nas frases seguintes (NARO; SCHERRE, 2007, p. 98):

<sup>15</sup> Para uma visão diferente do sujeito nulo em caboverdiano, ver Pratas (2004).

16. Duas canas dá oito mestras

17. As querenguelas só presta para pescar

18. A fazenda é as cabras e as ovelhas

É preciso notar, além disso, que vários dados, por serem interpretados à luz do PB, são analisados inadequadamente, como nas seguintes frases (NARO; SCHERRE, 2007, p. 92), em que se atribui um sujeito aos verbos 'esquecer' e 'lembrar' quando são correntemente usados no PE de maneira impessoal ('lembra-me que', 'esqueceu-me que'), construção claramente evidenciada pelo exemplo 20, uma vez que o sintagma que precede o verbo não é nominal mas preposicional.

19. Ê [eu] também já nã me lembra

20. Do bendito louvado não m'ha de esquecer

A mesma crítica pode ser feita à afirmação de que o PB instancia traços do português arcaico, presente em Naro & Scherre (2007), bem como em outros autores (cf. MORAIS DE CASTILHO, 2001).

### III. Conclusões

Recapitulando, partimos do par deriva/crioulização, definidos por Coelho como dois processos de natureza distinta, um fisiológico, o outro psicológico. No decorrer do tempo, a noção de crioulização passou a integrar uma categoria mais ampla, a da 'transmissão irregular' devida ao contato lingüístico, com efeitos variáveis em função das condições sócio-culturais desse contato. Quanto à questão da influência das línguas não europeias no processo, vimos que Coelho não acreditava que existisse, e defendia uma tese próxima do bioprograma de Bickerton. Vários dos estudiosos do PB, depois dele também, negaram enfaticamente a influência direta das línguas africanas sobre o português brasileiro, apesar de reconhecerem "cicatrizes da aprendizagem tosca". A discussão mais moderna da crioulização ou semi-crioulização, apesar de dar ao contato um papel preponderante, enfatizou menos essa questão, enquanto os adeptos da deriva continuavam a negar o efeito direto ou indireto do contato.

A comparação das vertentes africanas e brasileiras do português, bem como a comparação de ambas com as línguas africanas com que estiveram em contato na sua história, vem mudar substancialmente a discussão ao trazer uma base empírica para o velho debate. Procurei mostrar que na balança empírica, esses dados são mais pesados e consistentes do que os dos defensores da deriva. Apesar de haver muito por fazer, um corpo

sólido de evidências emerge de novos corpora, que podem ser interrogados de maneira cada vez mais eficiente.

Finalmente, no âmbito da comparação com o português africano, parece que nem os dados da comunidade afro-brasileira de Helvécia precisam da hipótese da crioulização –<sup>16</sup> situação extrema no continuum da aquisição imperfeita de segunda língua, redundando na nativização de um pidgin – para serem explicados. A transmissão irregular no quadro de uma aquisição de segunda língua com exposição insuficiente aos dados da língua-alvo, da qual temos uma imagem moderna em Moçambique e Angola hoje, parece dar conta do desenvolvimento histórico da variação encontrada no Brasil de hoje.

### Abstract

*This paper addresses the question of the role of African languages in the evolution of Portuguese in Brazil. It shows how recent work on Portuguese spoken as second language in Africa, and its comparison with the syntax of Bantu languages, gives empirical evidence that supports the thesis of the influence of these languages on Brazilian Portuguese, since this language displays the same characteristics. It argues that these analyses provide leads to study the historical development of Portuguese in Brazil and in Africa, using texts written in this language by Africans. Finally, it raises arguments against the hypothesis of linguistic drift to explain the evolution of Brazilian Portuguese.*

**Keywords:** *Brazilian Portuguese formation. African Portuguese. Linguistic contact. Linguistic drift. Creole languages.*

### Referências

ALKMIM, Tânia. A variedade lingüística de negros e escravos: um tópico da história do português no Brasil. In: MATTOS E SILVA, R. V. (Org.) *Para a história do Português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2001. v. 2, p. 317-336.

\_\_\_\_\_. Estereótipos lingüísticos: negros em charges do séc. 19. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Para a história do Português brasileiro: novos estudos*. São Paulo: Humanitas, 2002. v. 3, p. 383-402.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Lingüísticos e Literários*, [S.l.], v. 19, p. 65-84, 1999.

<sup>16</sup> Cf. Rougé (2008).

- BICKERTON, Derek. *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma, 1981.
- CASTILHO, Ataliba, et al. (Org.). *Descrição, história e aquisição do Português brasileiro*. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- CHAVAGNE, Jean-Pierre. *La langue portugaise d'Angola: étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais*. 2005. Tese (Doutorado)-Université Lumière Lyon 2, Lyon, 2005.
- COELHO, Francisco Adolfo. Os dialetos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América. In: \_\_\_\_\_. *Estudos lingüísticos crioulos*. Lisboa: [s.n.], 1967. Reedição de artigos publicados no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Academia Internacional da Língua Portuguesa.
- FIORIN, José Luís; PETTER, Margarida (Org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GALVES, Charlotte; LOBO, Tânia. A ordem dos clíticos em textos de africanos na Bahia oitocentista. Comunicação apresentada no "Colóquio Caminhos da Língua portuguesa: África-Brasil", 2006.
- GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; ROSA RIBEIRO, Fernando (Org.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2008. No prelo.
- GONÇALVES, Perpétua. Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: arguments from the genesis of Mozambican African Portuguese. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 225-259, 2004.
- GONÇALVES, Perpétua; CHIMBUTANE, Feliciano. O papel das línguas bantu na gênese do português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes locativos e direcionais. *Papia*, [S.l.], v. 14, p. 7-30, 2004.
- INVERNO, Liliana Cristina. *Angola's transition to vernacular portuguese*. 2005. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005.
- LABAN, Michel. Mozambique: particularités lexicales et morphosyntaxiques de l'expression littéraire en portugais, Document accompagnant une demande d'habilitation à diriger des recherches. Paris, Université Paris III, 1999.
- LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. Escrita liberta: letramento de negros na Bahia do séc. 19. In: CASTILHO, Ataliba, et al. (Org.) *Descrição, história e aquisição do Português brasileiro*. Campinas, SP: Pontes, 2007. p. 437-460.
- LUCCHESI, Dante. A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso. *Cor das Letras*, [S.l.], v. 3, p. 73-100, 1999.
- \_\_\_\_\_. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI,

Claudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). *Português brasileiro, contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2003. p. 272-282.

MORAIS DE CASTILHO, Célia. Seria quatrocentista o português implantado no Brasil?: estruturas duplicadas em textos portugueses do século XV. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2001. v. 2, p. 57-90.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Marta. *Origens do Português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, Evani. Estratégias de impessoalização no Português brasileiro. In: FIORIN, José Luís; PETTER, Margarida (Org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 179-203.

NINA RODRIGUES, Raimundo. *Os africanos no Brasil*. 8.ed. Brasília, DF: Edi. da UnBr, 2004.

OLIVEIRA, Klebson. *Textos escritos por africanos e afro-descendentes na Bahia do séc. 19: fontes do nosso latim vulgar?* 2003. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

OLIVEIRA, Klebson; SOLEDADE, Juliana; GONÇALVES, Silvia. *A concordância nominal em textos de africanos na Bahia oitocentista*. Comunicação apresentada no “Colóquio Caminhos da Língua Portuguesa: África-Brasil”, 2006.

PAGOTTO, Emílio. Crioulo sim, crioulo não, uma agenda de problemas. In: CASTILHO, Ataliba, et al. (Org.). *Descrição, história e aquisição do Português brasileiro*. Campinas, SP: Pontes, 2007. p. 461-482.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. O português do Brasil, uma intromissão nessa história. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; ROSA RIBEIRO, Fernando (Org.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2008. No prelo.

PETTER, Margarida. O *continuum* afro-brasileiro do português. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; ROSA RIBEIRO, Fernando (Org.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2008. No prelo.

PRATAS, Fernanda. O sistema pronominal do caboverdiano (variante de Santiago). In: ————. *Questões de gramática*. Lisboa: Colibri, 2004.

QUINT, Nicolas. A realização do sujeito em português do Brasil: deriva *versus* criouliização. In: FIORIN, José Luís; PETTER, Margarida (Org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 75-88.

ROUGÉ, Jean-Louis. A inexistência de crioulo no Brasil. In: FIORIN, José Luís; PETTER, Margarida (Org.). *África no Brasil:*

a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008. p. 63-73.

SCHER, Ana Paula. *As construções com dois objetos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo*. 1996. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1996.

SILVA NETO, Serafim. *Introdução ao estudo da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1977.

TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Org.). *Português brasileiro, uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993. p. 35-68.

TAVARES, Ana Paula; MADEIRA SANTOS, Catarina. *Africae Monumenta: a apropriação da escrita pelos africanos*. Arquivo Caculo Cahahenda. v. I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.